

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1 – UNILATERALISMUS	33
I DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	33
1.1 Limitado âmbito de aplicação das legislações nacionais de direito da concorrência ...	33
1.2 Teoria dos efeitos como base da aplicação extraterritorial do direito da concorrência a práticas limitadoras da concorrência ocorridas no exterior	36
1.3 Limitações da aplicação extraterritorial do direito da concorrência com base na teoria dos efeitos	39
1.4 Direito internacional da concorrência surgido de esforços multilaterais	44
1.5 Insucesso dos esforços multilaterais para um direito internacional da concorrência ...	48
1.6 Minimização das lacunas geradas pela inexistência de um direito internacional da concorrência por acordos bilaterais de cooperação	48
1.7 Limitações inerentes aos acordos bilaterais de cooperação	49
1.8 Alternativa da regulamentação da concorrência em ambientes regionais	49
2 QUESTÕES PRELIMINARES À APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL UNILATERAL DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA	52
2.1 Jurisdição estatal	52
2.2 Aproximações terminológicas	53
2.3 Limites jurisdicionais do Estado	53
2.4 Fundamentos da jurisdição extraterritorial	56
2.5 Aplicação extraterritorial do direito da concorrência	59
2.6 Modelos de âmbitos de aplicação de legislações de defesa da concorrência	61
2.6.1 Princípio da territorialidade estrita	61
2.6.2 Princípio da pseudo-territorialidade	63
2.6.3 Teoria dos efeitos	65
2.6.4 Princípio da ponderação	66
3 ORIGEM DA TEORIA DOS EFEITOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	68
3.1 Direito da concorrência norte-americano	69
3.1.1 Sherman Act	69
3.1.2 Clayton Act	70

3.2	Desenvolvimento pioneiro da teoria dos efeitos.....	71
3.3	Mutações na extensão original da aplicação extraterritorial do direito da concorrência com base na teoria dos efeitos.....	76
3.3.1	Doutrina da cortesia.....	77
3.3.2	Foreign Trade Antitrust Improvement Act, de 1982.....	79
3.3.3	Antitrust Enforcement Guidelines for International Operations, de 1995.....	80
3.3.4	Jurisdição extraterritorial em matéria concorrencial de ênfase penal.....	82
3.3.5	Restatement Third on Foreign Relations Law, de 1987.....	82
3.4	Imunidades legais para as empresas exportadoras.....	83
3.5	Agressividade norte-americana na aplicação extraterritorial do direito da concorrência.....	85
4	APLICAÇÃO DA TEORIA DOS EFEITOS NO DIREITO COMUNITÁRIO DA CONCORRÊNCIA.....	86
4.1	Direito Comunitário da Concorrência.....	86
4.1.1	Regras materiais aplicáveis às empresas.....	88
4.1.2	Regras processuais aplicáveis às empresas.....	90
4.1.3	Regras processuais aplicáveis ao controle de concentrações de empresas.....	95
4.1.4	Regras materiais e processuais aplicáveis aos Estados-membros.....	97
4.1.5	Órgãos encarregados da aplicação do direito comunitário da concorrência.....	99
4.2	Recepção da teoria dos efeitos pelo direito comunitário da concorrência.....	101
4.2.1	Teoria da unidade econômica da empresa.....	106
4.2.2	Teoria do local da implementação do comportamento.....	107
4.2.3	Afastamento da aplicação expressa da teoria dos efeitos pelo direito comunitário da concorrência.....	111
4.3	Diferenças entre os sistemas concorrenciais comunitário e norte-americano.....	113
5	APLICAÇÃO DA TEORIA DOS EFEITOS NO DIREITO DA CONCORRÊNCIA BRASILEIRO.....	114
5.1	Histórico do direito da concorrência brasileiro.....	116
5.2	Lei Federal n. 8.884/94.....	119
5.3	Condutas previstas na legislação.....	121
5.4	Controle das concentrações de empresas.....	122
5.5	Aplicação efetiva da teoria dos efeitos no direito da concorrência brasileiro.....	123
5.5.1	Aplicação da teoria dos efeitos antes do advento da Lei n. 8.884/94.....	123
5.5.2	Aplicação da teoria dos efeitos após o advento da Lei n. 8.884/94.....	124
5.5.3	Qualificação dos efeitos.....	126
5.6	Limites e limitações da aplicação extraterritorial do direito da concorrência brasileiro com base na teoria dos efeitos.....	127
5.7	Análise jurisprudencial.....	128
6	REAÇÕES E BLOQUEIOS INTERNACIONAIS À APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL UNILATERAL DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	134
6.1	Protestos e reclamações diplomáticas.....	135
6.2	Medidas legislativas de bloqueio e prescritivas de ações de reembolso.....	136
6.3	Recusas de reconhecimento da competência estrangeira por órgãos judiciais.....	141

7	CRÍTICAS À APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL UNILATERAL DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	142
7.1	Críticas por violação dos princípios do direito internacional.....	144
7.2	Críticas por quebra do equilíbrio das relações internacionais.....	145
	CAPÍTULO 2 – MULTILATERALISMUS E BILATERALISMUS.....	149
8	QUESTÕES PRELIMINARES ÀS PERSPECTIVAS MULTILATERAL E BILATERAL ..	149
8.1	Internacionalização das atividades negociais.....	149
8.2	Conflito entre a internacionalização das atividades negociais e os limites geográficos e jurisdicionais dos Estados.....	152
8.3	Insuficiência dos direitos nacionais para o tratamento de questões concorrenciais de amplitude internacional.....	153
8.4	Paradoxo entre a insuficiência dos direitos nacionais e a multiplicação de direitos da concorrência	156
8.5	Internacionalização do direito da concorrência	157
8.6	Razões para um direito internacional da concorrência	158
9	OBJETIVOS PERSEGUIDOS POR UM DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA... ..	160
9.1	Alcance de uma proteção internacional da concorrência.....	160
9.2	Manutenção de uma política de livre-comércio.....	161
9.3	Colmatação das lacunas geradas pela inexistência de um direito internacional da concorrência.....	161
9.4	Diminuição do déficit de execução das legislações de defesa da concorrência	162
9.5	Evitação de conflitos de jurisdição	162
9.6	Canalização da fiscalização conduzida pelas autoridades de defesa da concorrência ..	163
9.7	Reforço à formação de uma consciência quanto aos benefícios da garantia da livre concorrência.....	163
10	OBJEÇÕES A UM DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA	164
10.1	Perda da concorrência entre os sistemas de concorrência.....	165
10.2	Impropriedade de uma uniformização de características mínimas	166
10.3	Não-aceitação de uma uniformização conduzida por nações desenvolvidas	166
10.4	Existência de divergências entre as legislações nacionais	166
10.5	Incerteza quanto ao número de Estados que participariam do processo	167
10.6	Dificuldade de definição das matérias a serem consideradas em um acordo	167
10.7	Perda ou diminuição dos padrões conquistados em nível nacional	167
10.8	Custo para a elaboração de um acordo internacional.....	168
10.9	Descrença quanto à real eficácia de um direito uniforme	168
11	ESFORÇOS DE REGULAMENTAÇÃO MULTILATERAL DE UM DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA	170
11.1	Carta de Havana	173
11.2	Iniciativa do Conselho Europeu	175
11.3	Iniciativas no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.....	175
11.4	Iniciativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos.....	176

11.5	Iniciativas da Organização das Nações Unidas e da Conferência da Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento	178
11.6	Aplicabilidade de Convenções da Conferência de Haia para o Direito Internacional ..	179
11.7	Iniciativas da Organização Mundial do Comércio e o Grupo de Trabalho da OMC..	182
11.7.1	Constituição do Grupo de Trabalho sobre Concorrência da OMC.....	183
11.7.2	Debates e estudos no Grupo de Trabalho sobre Concorrência da OMC	185
11.7.3	Propriedade do Sistema de Solução de Controvérsias da OMC para a matéria de concorrência	187
11.8	Iniciativa de uma Rede Internacional de Concorrência	189
11.8.1	Estrutura da Rede Internacional de Concorrência	190
11.8.2	Reuniões da Rede Internacional de Concorrência	190
11.8.3	Grupo de Trabalho da Rede Internacional de Concorrência.....	191
12	CÓDIGO INTERNACIONAL ANTITRUST	193
12.1	Princípios do Código Internacional Antitrust	194
12.2	Direito material do Código Internacional Antitrust	199
12.3	Direito processual e disposições institucionais do Código Internacional Antitrust	203
12.4	Ancoramento do Código Internacional Antitrust na OMC	207
12.5	Avaliação do Código Internacional Antitrust pela doutrina	208
12.6	Cabimento do princípio da iniciativa processual internacional ao Mercosul.....	211
13	OUTRAS PROPOSTAS DE CARÁTER DOUTRINÁRIO PARA UM DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA	213
13.1	Ulrich Immenga e um código mundial à luz do direito internacional público.....	213
13.2	Von Meibon e Geiger e um direito de concorrência homogêneo como <i>ultima ratio</i> ...	216
13.3	Jürgen Basedow e as recomendações para uma uniformização do direito da concorrência	220
13.4	Frederico Marques e um direito internacional da concorrência com base nos princípios da OMC, interpretados e identificados de acordo com a teoria pós-positivista do direito e a ser atingido em fases	227
13.5	Jürgen Basedow e as regulamentações por blocos regionais como alternativa.....	236
14	ALTERNATIVAS BILATERAIS À APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL UNILATERAL DO DIREITO DA CONCORRÊNCIA E AO INSUCESSO DOS ESFORÇOS DE REGULAMENTAÇÃO MULTILATERAL.....	243
14.1	Acordos bilaterais de cooperação como alternativas	245
14.2	Classificação dos acordos bilaterais de cooperação.....	247
14.3	Exemplos de acordos bilaterais de cooperação em vigência	249
14.4	Limitações inerentes aos acordos bilaterais de cooperação	251
CAPÍTULO 3 – REGIONALISMUS		261
15	QUESTÕES PRELIMINARES À REGULAMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA EM PERSPECTIVA REGIONAL	261
15.1	Teoria geral da concorrência	262
15.1.1	Fenômeno concentracionista.....	265
15.1.2	Classificação das concentrações de empresas.....	269



15.1.3	Disciplina da liberdade de concorrência	269
15.1.4	Interesse do consumidor	271
15.1.5	Política comunitária dos consumidores.....	274
15.1.6	Formas do processo de concentração de empresas.....	277
15.1.7	Fases do processo de concentração de empresas.....	281
15.2	Concorrência em ambientes comunitários.....	285
15.2.1	Conceito de concorrência.....	286
15.2.2	Conceito de liberdade de concorrência	289
15.2.3	Conceito de direito da concorrência.....	290
15.2.4	Funções da concorrência.....	291
15.2.5	Sistemas de legislação da concorrência	292
15.2.6	Concorrência e mercado comum.....	294
16	DIREITO COMUNITÁRIO DA CONCORRÊNCIA.....	295
16.1	Artigo 81 TCE.....	298
16.1.1	Conceito comunitário de empresa e de associação de empresas	300
16.1.2	Acordos entre empresas, decisões de associações de empresas e práticas concertadas	315
16.1.3	Cláusula da interestatalidade.....	319
16.1.4	Afetação sensível do comércio entre os Estados-membros.....	321
16.1.5	Definição de mercado relevante.....	323
16.1.6	Rol do artigo 81, n. 1 TCE.....	328
16.1.7	Artigo 81, n. 2 TCE	331
16.1.8	Artigo 81, n. 3 TCE	331
16.2	Artigo 82 TCE.....	336
16.2.1	Definição de posição dominante	338
16.2.2	Abuso de posição dominante	341
16.2.3	Rol do artigo 82 TCE.....	343
16.2.4	Recusa de contratar	345
16.2.5	Recusa de licença.....	345
16.2.6	Cálculo da multa no caso de abuso de posição dominante.....	346
16.3	Artigo 86 TCE.....	347
16.3.1	Empresas públicas.....	349
16.3.2	Empresas a quem os Estados concedam direitos especiais ou exclusivos... ..	351
16.3.3	Empresas que possuem tarefas especiais de gestão de serviços de interesse econômico geral ou com natureza de monopólio	352
16.3.4	Artigo 86, n. 3 TCE	355
17	INTENÇÕES PARA A DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO MERCOSUL.....	357
17.1	A regulamentação da defesa da concorrência nos Estados-partes	357
17.1.1	Brasil.....	357
17.1.2	Argentina.....	358
17.1.3	Paraguai.....	359



17.1.4 Uruguai	359
17.2 Direito da concorrência do Mercosul	360
17.2.1 Decisão n. 21/94.....	362
17.2.2 Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul – Decisão n. 18/96.....	362
17.2.3 Decisão n. 20/94.....	364
18 PERSPECTIVAS PARA UM DIREITO INTERNACIONAL DA CONCORRÊNCIA...	366
18.1 Internacionalidade dos casos (Empagran)	366
18.2 Private enforcement (Courage).....	370
18.2.1 Execuções privadas para a reparação de perdas por práticas limitadoras da concorrência.....	370
18.2.2 Caso Courage Ltd. c. Bernard Crehan.....	371
18.2.3 Livro Verde da Comissão Europeia para as ações de reparação de danos ..	374
18.2.4 Legitimados a proporem execuções privadas.....	376
18.2.5 Medidas para a composição dos interesses dos demandantes de execuções privadas.....	377
18.2.6 Jurisdição e lei aplicável em execuções privadas no direito comunitário... 378	
18.3 Regulamento n. 864/2007 relativo à lei aplicável às obrigações extracontratuais (Regulamento Roma II)	381
18.4 Aplicação de direito da concorrência estrangeiro por tribunais nacionais	384
18.4.1 Ordem do legislador como pressuposto da aplicação de direito da concorrência estrangeiro por tribunais nacionais	386
18.4.2 Dogma de não-aplicação de direito público estrangeiro	386
18.4.3 Duplo objetivo de uma norma de direito público estrangeiro	387
18.4.4 Elementos de conexão em legislações nacionais de defesa da concorrência ...	387
18.4.5 Bilateralização das normas de conflitos unilaterais das legislações de defesa da concorrência.....	388
18.4.6 Bases teóricas para a aplicação de direito da concorrência estrangeiro por tribunais nacionais	389
18.4.7 Adoção concreta de uma norma de colisão para a escolha da lei aplicável	396
18.4.8 Vantagens da aplicação de direito da concorrência estrangeiro por tribunais nacionais	397
CONSIDERAÇÕES FINAIS	399
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	401
ÍNDICE ALFABÉTICO	419